

AVALIAÇÃO DOCENTE

considerações lógicas e de razoabilidade

Gilson L. Volpato – 25/09/2016

Este texto nasce de uma pergunta que me chegou pelo *Facebook* sobre as bases para a informação contida na prancha do link anexo (claramente no sentido de querer entender melhor, mesmo que discorde do conteúdo). Porém, resolvi fazer este texto (que extrapola a dúvida que me foi colocada), pois certamente servirá de reflexão para mais pessoas. Aliás, o objetivo da divulgação diária dessas pranchas é exatamente provocar discussão e melhor fundamentar cada ponto apresentado. Nada é colocado sem uma boa reflexão filosófica, lógica, científica, social e/ou educacional. Mesmo assim, discordâncias fazem parte e delas nascem as fundamentações.

Perguntas para avaliar atividade docente

- **O professor apresentou pleno domínio do conteúdo?**
- **As avaliações foram adequadas?**

Moral da história

Aluno apto para responder a essas perguntas não precisava da disciplina

Demagogia minha gente.

Engana Brasil!

Gilson Volpato – 09/09/16 – www.gilsonvolpato.com.br

Primeiramente, quero deixar claro que não há nada explícito ou implícito nesse texto que signifique que aluno não pode avaliar professor. Trata apenas de que a pergunta elaborada contém um equívoco lógico em sua formulação, podendo justificar uma posição demagógica. Ela pede para avaliar aquilo que o avaliador não tem referenciais suficientes para avaliar. Note que o ambiente considerado é de um aluno (seja ele em qual nível for, mas num processo de ensino formalizado) avaliando a capacidade do professor em relação ao domínio do conteúdo da disciplina que ministra (expresso nas aulas ou nas avaliações). As perguntas foram baseadas em questionário usado em universidade pública de nosso meio.

Além disso, na informação da prancha não falo, em momento algum, que o ensino é unidirecional; ou seja, que considero que numa classe apenas o professor ensina e o aluno aprende. Tal suposição só pode brotar de uma visão pré-concebida de quem lê, mas vale a ressalva. Em momento algum falei da abordagem de ensino. Para mim é evidente que todos aprendem em qualquer relação; o mesmo para a relação de ensino. Mas sabemos também que enquanto uns ensinam, outros aprendem, numa interação. E tenho convicção de que posso assistir a um curso para aprender mais sobre o tema. Assim, em sala de aula, o professor ensina coisas, seja por um método impositivo ou por métodos mais interativos, desde que conduza o aluno ao aprendizado. Há ensino cujo objetivo é o aluno se familiarizar com a controvérsia, com o debate, ou mesmo conhecer a essência do pensamento de um autor; mas há outros (e são mais numerosos) em que temos que aprender conceitos e informações específicas (por ex., como é o sistema de batimento cardíaco, como funciona uma rotina computacional, como se calcula a resistência de um material,

como fazer cálculos diferenciais, como costurar uma incisão cirúrgica, quais os contextos em que avaliação por testes de múltipla escolha se adequa etc.). O que o professor aprende em sala de aula é tanto algumas informações pontuais fornecidas pelos alunos (hoje informação cresce vertiginosamente e é impossível acompanhar – na antiguidade, o aluno não tinha acesso à maioria do material de informação que o professor detinha), quanto valores mais gerais contidos num questionamento (que o professor pode não ter percebido em sua relação como tema da aula), adequação de seu método de ensino (perceber se está ou não funcionando) e até mesmo conhecer melhor o perfil dos alunos com os quais trabalha, podendo tirar aprendizados de conduta, entre outros. Isso é natural e óbvio em qualquer sistema de interação entre pessoas, incluindo o ensino. Portanto, não discuti isso pela sua obviedade. A este respeito, leiam o livro de Nuno Crato (*“O Eduquês em discurso directo”*), que mostra como conceitos básicos e antigos na Educação são, muitas vezes, ressuscitados com nomes pomposos e da moda, sendo aplaudidos como novidades pelos que não costumam olhar a história das coisas ou que fazem apologia do novo.

Como é fácil constatar, todos têm um conhecimento com certo limite, mas alguns têm mais conhecimento num setor, outros em outro setor... isso é natural. Por exemplo, eu sou biólogo especialista em comportamento de peixes e comunicação científica e não tenho condições de saber se um palestrante de Física Quântica domina o assunto, pois, mesmo tendo assistido à aula, não conheço suficientemente essa física para saber se ele foi abrangente, profundo, emitiu muitos conceitos errados ou não. Um aluno que adentra a universidade deverá cumprir disciplinas (matérias) específicas porque se pressupõe que não conheça o conteúdo específico delas (do contrário, não precisaria), os quais são considerados, pela instituição, necessários para o bom desempenho profissional. Se isso não foi ensinado antes, deverá ser aprendido no curso em que se encontra. Imagine o volume de conhecimento (principalmente conteúdo, uma vez que o aspecto formativo de nossas universidades já não existe há muito) que uma profissão requer, a ponto de o aluno ficar submetido a um tempo de aprendizado básico de 4 a 6 anos (nas melhores universidades do mundo esse conhecimento é mais interativo, mas o que deve ser aprendido é direcionado pela instituição – e assim eu esperaria porque do contrário poderia seguir a vida autodidata, que é uma opção válida, mas mais difícil e poucos se dariam bem nesse sistema). Por outro lado, eu posso dizer se gostei ou não da aula, pois esta última avaliação é apenas sobre o meu “gosto” e não sobre o que existe na “cabeça” do professor (percebam aqui uma diferença fundamental relacionada ao que estou dizendo).

Um ponto que está na crítica que coloquei na prancha é que para avaliarmos algo temos que compará-lo com algum referencial. Se eu digo que alguém não tem “pleno domínio” do conteúdo de uma disciplina é porque eu necessariamente devo ter esse pleno domínio. Do contrário, seria apenas uma “achologia” barata. Além disso, não posso dizer que alguém não domina um tema amplo, como uma disciplina que ministra, simplesmente porque não respondeu ou não respondeu corretamente a uma pergunta específica. Note que uma disciplina pode ser de muitas horas (30 h, 60 h, 120 h). Por isso, uma boa avaliação do professor sobre o desempenho do aluno na disciplina deve contemplar, sempre que a instituição permitir, avaliação de vários itens.

Mas a minha estranheza é sobre a instituição perguntar ao aluno se o professor domina o assunto, ou se a avaliação era condizente.

Vou exemplificar o conteúdo do parágrafo acima. Um professor que tem a experiência de preparar aulas sabe muito bem que devemos primeiro ter um conhecimento amplo do tema para, então, selecionarmos o que será incluído na disciplina, de acordo com a carga horária e os objetivos aprovados pela instituição para a tal disciplina. É comum o professor que está no início da carreira despender cerca de 8 a 16 h para preparar uma aula de 2 h. O conteúdo da disciplina é sempre uma pequena fração do que existe na matéria e do que foi preparado (por ex., há uma gama imensa de conteúdo sobre o funcionamento do coração – livros e artigos científicos), mas numa disciplina de fisiologia, por ex., passamos apenas o que há nos livros didáticos (que incluem apenas os conhecimentos consolidados e básicos suficientes para se entender aspectos gerais desse funcionamento – isso ocorre nos ensinamentos pré-universitários, na graduação e na pós-graduação). Percebam que é muito mais difícil ministrar uma disciplina curta do que uma mais longa (o que tirar? o que manter? o que merece mais detalhamento? o que merece mais ênfase? etc.). Para essa triagem, é necessário conhecer muito além do que aquilo que será levado para a aula. Imagine, por exemplo, tendo que ministrar uma disciplina de neurofisiologia em 6 h. Por que existe essa dificuldade? Porque o professor terá que saber exatamente quais são os pontos mais relevantes que podem ser incluídos nesse tempo de 6 h, sem que retire do conteúdo elementos imprescindíveis. Isso requer que o professor tenha uma noção clara de um conteúdo muito maior de neurofisiologia para poder fazer esse resumo. Se ele falar desproporcionalmente mais sobre potencial de ação, não restará tempo para incluir outras partes necessárias, como transmissão sináptica, sistemas organizacionais, divisão do sistema nervoso, controles autônomos e voluntários, restrições ao conceito de “voluntário”, controles neurais de funções básicas e de funções complexas etc. Assim, ao assistirmos uma aula, para dizermos que o professor não domina o assunto, teríamos, do ponto de vista estritamente lógico, que conhecer bem o assunto. Não adianta querermos que ele fale de certo tópico, sem termos uma noção clara do papel daquele tópico no contexto mais amplo da disciplina. Eu ensino redação científica e há alunos que querem apenas aprender regrinhas sobre como construir uma Introdução ou uma Discussão. Mas isso não é ensino de redação científica, pois devemos entender os aspectos teóricos subjacentes ao texto para que possamos ter condições de inovar nele sem que erremos sobre a essência de tais textos. Numa outra abordagem, podemos fazer uma pergunta ao professor e notar que sua resposta não condiz com a resposta que temos conhecimento. Nesse caso, para afirmarmos que o professor estava errado e que não era erro em nosso conhecimento, precisamos também de um conhecimento grande (muito maior que o transmitido na disciplina ou daquele obtido em sites na internet). Para isso existe ciência e os professores que fazem ciência têm plenas condições de se diferenciarem positivamente no ensino (só basta quererem).

Vamos a mais um exemplo. Numa aula um professor de Estatística fala sobre amostragem. Nisso ele diz três requisitos importantes para se fazer uma boa amostragem. Admitamos que o que ele falou esteja correto. Porém, se ele não inclui um quarto item que talvez fosse o principal na história toda (o mais importante), na questão da amostragem especificamente (mas não da disciplina) podemos desconfiar

que talvez ele não domine esse assunto. Mas para fazer isso temos que conhecer mais dos que os três itens que eles falou; ou seja, tenho que conhecer todos os itens e também saber qual a hierarquia de importância deles no contexto da disciplina (ou seja, conhecer a disciplina!). Se os três itens vistos em classe fossem os principais para o tema, então não se trataria de não conhecer o assunto, mas de definição do nível de profundidade que se quis dar ao tópico. Assim, a pessoa que está assistindo às aulas deveria conhecer bem aquele assunto para fazer tal avaliação – ou seja, teria que já conhecer bem a disciplina! Veja que não falo em “achar” que o professor domina ou não a matéria; mas conseguir provar que ele não domina, saindo do “palpite” para uma “asserção mais bem fundamentada”, o que é necessário para uma boa avaliação. Por isso me assusta uma instituição fazer tais tipos de perguntas aos alunos. E notem que essas mesmas instituições, quando fazem avaliações de mérito para evolução na carreira docente, confiam apenas nas avaliações feitas por professores que estão em nível igual ou acima do avaliado. Uma banca de doutorado necessita que todos sejam, no mínimo, doutores; uma banca de livre-docente, o mínimo é livre-docente e assim por diante. E, na prática, sabemos que uma banca avaliadora deve ter um nível conceitual (e não burocrático) maior que o do avaliado.

Um último ponto que considerarei, para não me alongar muito mais, é que a instituição que faz o questionário conheça todo o sistema lógico que mencionei acima e que procure perguntar de forma a obter do aluno a melhor contribuição que ele pode dar. No caso, retirei essas duas indagações de um questionário bem maior e minha crítica foi pontual a essas duas questões e as mantenho da forma como escrevi, s.m.j. Temos que entender que se a própria instituição diz ao aluno que ele deve assistir determinadas disciplinas, é porque pressupõe que esse aluno não conhece aqueles conteúdos ou outros aspectos previstos na disciplina (do contrário, seria surrealismo). Também admite que tais conteúdos sejam necessários para a formação desejada e que cabe à instituição dizer quais são esses conteúdos, o que parte de pessoas que têm formação mais ampla nessa profissão (como conhecem o todo, podem melhor julgar as partes – uma questão de conhecer bem o contexto). Por isso, minha percepção é que a prancha que publiquei fala de uma questão importante para que seja melhor equacionada nas instituições. Pergunte a cada segmento o que de melhor eles podem avaliar, mas não peça que avaliem o que não têm condições lógicas de saber naquele momento; este último aspecto é que dá o caráter demagógico, que muitas vezes é reforçado pelo próprio aluno que emite sua opinião sem o devido conhecimento de causa. Caberia, no entanto, o que vemos em algumas instituições: avaliação sobre as condições da instituição e sobre a própria visão do aluno sobre sua participação na disciplina (esse é um ponto muito positivo e tenho visto que muitos não se negam a reconhecer algumas de suas falhas), bem como sua expressão de como “sentiu” a disciplina ou mesmo o professor. Note que “sentir” é bem diferente de “ser”. Um aluno pode dizer que não gostou da aula, que não conseguiu aprender com ela e nem se sentiu motivado por ela, mas dificilmente poderá dizer, com propriedade, se o professor domina o tema de uma disciplina da qual ele próprio não domina a vasta maioria do conhecimento. Poderia até dizer qual foi sua impressão sobre o domínio do professor na disciplina. E caberia à instituição não confundir “impressão” com “domínio”.

Qualquer avaliação emitida deve ser preparada para responder e fundamentar suas bases. Por isso, ao menos nas universidades, é bem difundido o conceito de “revisão de prova”, embora nem sempre facilitado. Caso o aluno não concorde com a avaliação, poderá requerer (ao menos nas instituições que conheço) uma banca especial para reavaliação de sua prova. Ou seja, um processo democrático, mas sem perder a realidade das coisas. Imagine agora que um professor avaliado queira também rever os motivos de sua avaliação e, se necessário, recorrer a instâncias superiores para que as respostas dadas sejam provadas. Complicado e acho que ninguém precisaria fazer isso, mas a lógica da situação exige que essa seja uma alternativa a ser considerada. E para provar que um professor não domina um assunto são necessárias evidências objetivas, que só podem ser dadas por quem tem uma visão ampla e geral da disciplina, podendo mesmo adentrar no debate sobre a abordagem dada na disciplina. Por ex., alguns focam mais na essência geral da disciplina, enquanto outros focam mais em conteúdos específicos, sem que isso signifique conhecer mais ou menos da disciplina. Por isso, as avaliações dadas pelos professores aos alunos são geralmente registradas fisicamente (provas dissertativas, por ex.) e devem abranger os pontos centrais da disciplina. Podemos desconfiar que um professor não domine o assunto até mesmo a partir do conteúdo da prova que emite, mas para isso o examinador deverá conhecer qual deveria ser o conteúdo razoável (apontar erro é sempre uma ação que exige referencial).

Outro ponto é também importante: ou o ensino vira um processo de paixão, onde uns querem aprender certa disciplina e outros querem ensinar o que sabem dessa disciplina (mesmo que todos aprendam uns com os outros), ou o ensino começa a ficar deficiente. Nesse sistema temos ainda que incluir a humildade e razoabilidade de pensamento, para que não tenhamos a prepotência, mas saibamos que podemos aprender com os outros e que haverá sempre alguém que sabe mais, do qual podemos aprender algo; e sempre alguém que sabe menos, para o qual podemos contribuir. É um processo simples e está na paixão de ser aluno e ser professor. Sempre seremos alunos e sempre seremos professores. Inverter o óbvio não é razoável.

Ao final, só me cabe agradecer a quem me instigou, do que brotou este texto. Espero que seja útil, sem ter qualquer pretensão de ser unanimidade, pois nele procuro mostrar apenas a coerência interna de minhas expressões.

0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0